

ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTADOR

Prova Escrita Objetiva e Discursiva - Nível Superior Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, uma questão discursiva e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação
- uma folha de textos definitivos destinada à resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

3

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, das questões discursivas e da redação é de sua inteira responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Conhecimentos Básicos

1

Observe o seguinte diálogo entre mãe e filha, quando esta volta do cabeleireiro:

Mãe: "O que é que houve? Você acabou não indo?"

A recomendação sobre a língua escrita que foi seguida nessa pergunta feita pela mãe é que sua fala:

- (A) seja o mais informativa que requeira o propósito da conversação;
- (B) seja a expressão da verdade;
- (C) seja relevante;
- (D) seja breve;
- (E) evite a obscuridade.

2

Observe agora um pequeno cartaz na porta de um estacionamento no centro da cidade, voltado para a rua:

SAÍDA DE VEÍCULOS
OBRIGADO

Nesse cartaz, a finalidade maior é:

- (A) solicitar que não se estacione na saída;
- (B) alertar para o perigo de atropelamento;
- (C) avisar que a entrada é localizada em outro lugar;
- (D) agradecer o uso do estacionamento;
- (E) evitar a entrada e a saída de veículos simultaneamente.

3

Abaixo estão cinco enunciados seguidos de uma pressuposição necessária para que ele faça sentido; a frase que mostra uma pressuposição adequada é:

- (A) Heitor lamenta que os pais de sua namorada viajem neste final de semana / A viagem a ser realizada é pouco demorada;
- (B) Dois amigos meus vão a São Paulo no próximo domingo / Os dois amigos têm namoradas na cidade de São Paulo;
- (C) Me dá pena que uma moça como ela esteja saindo com o Carlos / Carlos está desempregado e sem dinheiro;
- (D) Aquele casal pretende bronzear-se em Copacabana / Em Copacabana faz sol constantemente;
- (E) Deixou de ir ao Rio pelo excesso de calor / A pessoa que viajaria ao Rio não possuía roupas adequadas.

4

Observe a seguinte situação:

Guilherme, que está viajando, pede a Magda, por e-mail, que compre para ele uma revista e verifique se foi publicado corretamente o artigo que ele havia escrito e, se isso ocorreu, que lhe envie. Alguns dias depois, Magda responde: "Não me esqueci da revista. Já a comprei."

Ocorre nessa situação uma falha na comunicação, que é certamente devida ao seguinte fato:

- (A) Magda mentiu sobre o fato de ter comprado a revista;
- (B) Magda presta informações insuficientes a Guilherme;
- (C) Guilherme não expõe com clareza seu pedido;
- (D) Magda constrói sua resposta com ambiguidade;
- (E) Guilherme é muito prolixo em sua solicitação.

5

Observe a seguinte situação comunicativa:

"Roberto envia a Viviane, uma escritora consagrada, um conto escrito por ele, para que ela lhe dê sua opinião. Ao ler o conto, no qual a protagonista é uma caricatura dela mesma, responde a Roberto: 'Seu conto está muito bom. Estou aliviada de que não tenha sido escrito para publicação, mas como diversão entre nós. Ri muito com a protagonista. Você tem muito senso de humor e isso é bom para quem escreve'."

Pode-se inferir da resposta de Viviane que ela:

- (A) faz deduções a partir das informações de Roberto;
- (B) declara que o conto deve conter fatos humorísticos;
- (C) considera o conto indigno de publicação;
- (D) reconhece a relação da protagonista com ela mesma;
- (E) não responde à solicitação de Roberto.

6

Uma das boas qualidades de um texto é a relevância da informação prestada; imagine que este concurso já foi realizado e que jornais de Rondônia publiquem, logo após as provas, informações sobre ele para os candidatos; nesse caso, a notícia mais relevante seria:

- (A) aumento do número de vagas;
- (B) entrevistas com os candidatos;
- (C) publicação do gabarito provisório;
- (D) informações sobre futuros salários;
- (E) prazo para os recursos.

7

Observe as seguintes frases de e-mails, prestando atenção ao emprego de diminutivos:

1. João está bem, mas deve tomar cuidadinho.
2. Estou um pouquinho cheio deste trabalho.
3. Ela faz uma coisinha qualquer e logo a mãe baba.
4. Pouco a pouco vou aprendendo um pouquinho mais.

O que se pode depreender do emprego desses diminutivos é que há em:

- (A) (1) uma recomendação ao comportamento de João;
- (B) (2) uma maior intensidade na afirmação;
- (C) (2) e (4) idêntico valor;
- (D) (3) um valor afetivo;
- (E) (4) um valor irônico.

8

Os pronomes pessoais podem mostrar valor anafórico (quando se referem a algo já presente no texto) ou dêitico (quando se referem a elementos da situação de comunicação).

A opção em que o pronome sublinhado tem valor dêitico é:

- (A) O pagamento, não se deve esperá-lo para tão cedo.
- (B) Os maridos cuidam das mulheres quando elas adoecem.
- (C) Quem disse isso? Você?
- (D) Trabalhar é duro, mas eu o faço com prazer.
- (E) Você acha que é esperto, João?

9

“Chamou Carlos e lhe disse: Amanhã irei ver você.”

Nesse segmento, “Amanhã irei ver você” é exemplo de discurso direto; colocando a frase em discurso indireto precedido da forma verbal “disse”, a forma adequada seria:

- (A) que irá vê-lo amanhã;
- (B) que iria vê-lo no dia seguinte;
- (C) que iria ver você amanhã;
- (D) que iria ver você no dia seguinte;
- (E) que irá ver você no dia seguinte.

10

Eis o texto de um e-mail, enviado a uma ex-namorada:

“As fotografias estão ótimas; acho que perdi bons momentos; vou ver se qualquer dia desses envio uma foto minha para você, você sabe que eu não gosto de tirar fotos”.

A marca linguística que está presente nesse pequeno texto é:

- (A) a formalidade da linguagem empregada;
- (B) a extensão demasiada das frases;
- (C) o uso de formas abreviadas em exagero;
- (D) a preocupação com a clareza da mensagem;
- (E) a presença de marcas da linguagem oral.

11

Um pai envia do interior do estado uma mensagem para seu filho, na capital: “Filho, vou até aí na segunda-feira só para almoçar com você!”

Nesse caso, o termo **SÓ** tem o mesmo valor em:

- (A) Briguei com ele só porque ele a ofendeu;
- (B) Só por causa de dez reais, não precisava tudo isso;
- (C) Só para almoçar, eu levei mais de duas horas;
- (D) Fiquei lá só para assistir ao espetáculo;
- (E) Do arbusto, só nasceram duas flores.

12

Um comentário crítico sobre um filme dizia: “O filme é bom, MAS um pouco lento e monótono!”.

A frase abaixo em que o termo **MAS** apresenta idêntico significado ao desse caso é:

- (A) Tem muito dinheiro, mas é muito infeliz.
- (B) Mas por que ela não veio?
- (C) Não só ele mas também ela compareceu.
- (D) Mas você é muito maluco, cara!
- (E) Você acaba de saber disso, mas como?

13

O dicionário de sinônimos de Antônio Houaiss mostra os seguintes para o verbo *puxar*: *absorver, apertar, aproximar, ofegar, arrancar, destacar, bajular* etc.

Em todas as frases abaixo foi empregado o verbo *puxar*; aquela frase em que seria adequado o emprego de *aproximar* é:

- (A) Esse material puxa a tinta;
- (B) A música puxava os turistas para a praça;
- (C) O convidado puxou a cadeira para sentar-se;
- (D) O menino puxava o carrinho pela areia;
- (E) Amendoim salgado puxa cerveja.

14

Em todas as frases abaixo foram empregadas formas do tempo verbal do imperfeito (indicativo ou subjuntivo); a frase em que essa forma verbal tem o valor de ação passada dentro da qual ocorre outra é:

- (A) Minha filha tinha uma postura muito elegante;
- (B) Enquanto dormia, roubaram o relógio dela;
- (C) Eles pensavam visitar o centro na segunda-feira;
- (D) Se tivesse dinheiro, comprava esse carro;
- (E) Olha só onde estava o meu relógio.

15

A frase abaixo em que o verbo *trabalhar* pode adquirir sentido positivo ou negativo, conforme a situação comunicativa, é:

- (A) Aqui se vem para trabalhar;
- (B) Nesta escola se trabalha duro;
- (C) Ela trabalha fora todos os dias da semana;
- (D) Nada temos feito além de trabalhar;
- (E) Ele trabalha muito bem a pedra em suas esculturas.

16

Imagine um país de grande número de imigrantes, que mandam dinheiro para seus países de origem. Numa campanha publicitária, que se refere ao trabalho dos Correios, aparecem frases diferentes com o verbo *mandar*, utilizando duplo significado desse verbo: *comandar ou enviar*.

A frase em que só há um desses significados possíveis é:

- (A) Não fico preocupado quando me mandam;
- (B) Em minha casa quem manda é a minha mãe;
- (C) Na família, só eu é que mando;
- (D) O sargento manda e todos obedecem;
- (E) Como eu, também meu pai mandava.

17

Segundo estudos teóricos, para que um texto conversacional seja eficiente, é necessário que ele respeite a máxima de quantidade, ou seja, que sua contribuição seja tão informativa quanto requeira o propósito da conversação.

Imagine que as frases abaixo, sobre a palavra *amigo*, estejam presentes em conversa entre dois amigos, cuja finalidade é um deles dar para o outro conselhos sobre a amizade.

Aquela frase em que a informação é perfeitamente adequada ao contexto é:

- (A) Os amigos são como os abacaxis: temos que provar muitos para achar um bom;
- (B) Um amigo de todo mundo não é um amigo;
- (C) Não há amigos; há momentos de amizade;
- (D) A amizade é mais difícil e rara que o amor;
- (E) A amizade é um amor que não se comunica pelos sentidos.

18

Observe o seguinte diálogo, presente numa tira da célebre Mafalda, em que uma amiga da mãe conversa com elas:

- Amiga: Ah, então esta é a tua filha? Que bonitinha!
- Amiga: (dirigindo-se a Mafalda) Então, de quem você gosta mais: do papai ou da mamãe?
- Mafalda: A senhora quer uma resposta standard ou uma resposta mais completa do que sinto por cada um deles?

Sobre os componentes dessa tira, é correto afirmar que:

- (A) a primeira pergunta da senhora tem por objetivo criar alguma dificuldade para a menina;
- (B) a resposta standard aludida por Mafalda certamente mostraria a sua preferência por um deles;
- (C) a resposta mais completa aludida por Mafalda estaria mais de acordo com a situação comunicativa da tira;
- (D) o efeito cômico da tira se efetiva no fato de Mafalda fugir da resposta da amiga da mãe;
- (E) a primeira pergunta da senhora busca criar simpatia e estabelecer uma relação amistosa com Mafalda.

19

Um fabricante de ração para animais colocou no anúncio dessa comida a seguinte frase:

“A qualidade de nossos produtos é tão boa que qualquer animal se dá conta”.

Sobre essa frase publicitária, é correto afirmar que:

- (A) ocorre a valorização do produto por meio de uma comparação;
- (B) a mesma expressão pode referir-se de modo carinhoso ao proprietário dos animais de estimação;
- (C) a oração “que qualquer animal se dá conta” indica a causa da oração anterior;
- (D) a expressão “qualquer animal” mostra valor ambíguo, podendo ser prejudicial ao anúncio;
- (E) a frase indica que também os humanos poderiam alimentar-se com essa ração de ótima qualidade.

20

Um diálogo entre amigos:

- O Roberto já chegou aqui?
- Ainda está esperando os amigos no bar.
- (A) o advérbio *já* indica que a ação terminará em breve;
- (B) o advérbio *ainda* indica que a ação está em processo;
- (C) o advérbio *já* na primeira frase indica que Roberto chegou antes do previsto;
- (D) a segunda frase mostra que Roberto já chegou ao local;
- (E) os advérbios *já* e *ainda* se referem, respectivamente, a lugar e a tempo.

21

Um estudante e um professor, que haviam marcado uma reunião de estudos após as aulas, se encontram no corredor e travam o seguinte diálogo:

- Estudante: Oi, Paulo, você vai estar no seu gabinete amanhã às três horas, não é?
- Professor: Bom, não sei...
- Estudante: Mas, o senhor... (se afasta, contrariado)

Sobre essa conversação, é correto afirmar que:

- (A) o estudante mostra não dominar o uso correto da língua, ao misturar os tratamentos “você” e “senhor”;
- (B) o emprego de “você” na primeira frase do estudante mostra descortesia, já que se trata de um professor, a quem se deve dirigir um tratamento respeitoso;
- (C) o tratamento de “senhor” mostra um distanciamento em relação ao professor, em função da situação criada;
- (D) as reticências ao final da fala do professor indicam que algo não foi registrado no texto;
- (E) as reticências ao final da segunda fala do estudante indicam dúvida sobre o que pensar.

22

A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

- (A) Passageiros e parentes estavam na plataforma. Adeus, meu filho. O trem teve sua chegada anunciada pelo alto-falante;
- (B) Todos os passageiros carregavam malas e reclamavam bastante do calor;
- (C) O trem chegou buzinando de forma estridente. Todos se prepararam para entrar nos vagões;
- (D) Os vagões estavam vazios e muito bem limpos, não deixando espaço para reclamações;
- (E) A viagem transcorreu com tranquilidade e ouviram-se roncões de alguns que dormiam.

23

Observe a seguinte situação:

Um casal espera, há mais de uma hora, pelo pedido de comida; no meio da conversa dos dois, a frase que deve ser encarada como ironia é:

- (A) Puxa vida! Que demora!
- (B) Já estou aborrecido. Vou falar com o gerente!
- (C) Espero que, pelo menos, a comida venha saborosa!
- (D) Que rápido é o serviço neste restaurante!
- (E) Devem estar sem funcionários suficientes!

24

O futuro da Amazônia nas próximas décadas será contado pelo Brasil, pois ele abriga dois terços da Floresta Amazônica. A preservação de sua biodiversidade é uma ação que tem repercussões socioeconômicas em âmbito nacional e também global.

Assinale a afirmativa que descreve corretamente o impacto de uma política de proteção ambiental e de gestão sustentável da Amazônia:

- (A) a conservação da cobertura vegetal, de relevância global pelo seu impacto na questão climática, depende da substituição do carvão vegetal pelo mineral, como fonte de combustível não poluente;
- (B) manter a floresta em pé é uma condição para que se atinjam as metas do Acordo de Paris (acordo do clima), que tem como principal objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa para limitar o aumento médio de temperatura global;
- (C) o Brasil pode despontar como potência ambiental regional, ao exercer um controle na regulação dos ciclos hídricos das Bacias Amazônica e do Prata, estabilizando os regimes de chuvas;
- (D) para os que vivem na Amazônia Legal, manter a floresta em pé significa perder oportunidades de gerar riqueza para o mercado interno e externo e melhorar a sua qualidade de vida;
- (E) a conservação ambiental da Amazônia depende do incentivo a atividades regenerativas e de baixo carbono, como as ligadas à agropecuária e à exportação de cacau, pimenta-do-reino, açaí, frutas tropicais e peixes nativos, entre outros.

25

Em 2019, três meses após o desastre em Brumadinho (Minas Gerais), ocorreu o rompimento de duas barragens de decantação em uma área de extração de cassiterita na cidade de Machadinho d'Oeste, no Vale do Jamari, em Rondônia. A cassiterita é o principal minério do estanho, elemento químico usado em ligas metálicas pela indústria.

São impactos socioambientais decorrentes da exploração de cassiterita em Rondônia, EXCETO:

- (A) processos erosivos, causados por desmatamento e escavações;
- (B) alteração geológica, pela abertura de lavras subterrâneas, dada a profundidade dos depósitos;
- (C) degradação da paisagem e alteração do ecossistema local, com redução da floresta e afugentamento dos animais;
- (D) abertura de estradas, construção de acampamentos e de moradias perto das minas;
- (E) poluição e assoreamento de rios e igarapés pelo despejo de lama de rejeito de mineração.

26

A respeito da evolução política de Rondônia, analise as afirmativas a seguir, assinalando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() Em 1943, foi constituído o Território Federal do Guaporé, com capital em Porto Velho, a partir do desmembramento de parte do Mato Grosso e do Amazonas, e faz referência ao rio Guaporé que divide Rondônia do Pará.

() Em 1956, o território federal recém-criado passou a se chamar Rondônia, em homenagem à Expedição Rondon-Roosevelt, para construir uma linha telegráfica que conectaria Mato Grosso a Goiás.

() Em 1982, Rondônia se torna um estado da Federação e, nesse mesmo período, é implantada a sua nova organização político-administrativa, são criados novos municípios e a urbanização é acelerada.

A sequência correta é:

- (A) V – F – F;
- (B) V – V – F;
- (C) F – V – V;
- (D) V – F – V;
- (E) F – F – V.

27

A rede hidrográfica de Rondônia é representada pelo rio Madeira e seus afluentes, que formam sete bacias hidrográficas. A respeito do comprometimento das principais bacias da região, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) lança um alerta sobre os desafios quanto à redução do volume de água dos rios e igarapés e sua degradação.

As principais causas desse processo de degradação são, EXCETO:

- (A) exploração de ouro em garimpos aluvionais, com dragas que revolvem o leito dos rios, impactando a fauna aquática;
- (B) retirada das matas ciliares, comprometendo a barreira física que regula os processos de troca entre os ecossistemas terrestres e aquáticos;
- (C) urbanização desorganizada, com a ausência de saneamento básico e de programas de tratamento do lixo;
- (D) atividades produtivas poluentes, como o extrativismo mineral e a contaminação hídrica por resíduos minerais e pela lama das lavras;
- (E) instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, o desmatamento e a crescente demanda por água para diversos usos.

28

A respeito do desenvolvimento da agricultura em Rondônia, analise as afirmativas a seguir, assinalando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() O desenvolvimento mais sistemático das atividades agrícolas ocorreu nos anos 1970, a partir de projetos de colonização do governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como o PIC Ouro Preto, na região central do Estado, próximo à Vila de Rondônia.

() A partir da consolidação da malha rodoviária, nos anos 1980, a expansão da pecuária extensiva mudou a estrutura fundiária da região, favorecendo a conversão de áreas agrícolas em pastagens e consolidando a agropecuária e a concentração de terras.

() Desde o ano 2000, a região ao sul do Estado, conhecida como MATOPIBA, é abarcada pelo deslocamento da fronteira agrícola da soja, iniciada em Mato Grosso e se expandindo em direção a Rondônia, exercendo uma pressão intensa na Floresta Amazônica.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) F – F – V;
- (D) V – F – V;
- (E) F – V – F.

29

Entre os interesses envolvidos na delimitação do território rondoniense no período colonial, é importante destacar:

- (A) a preocupação da Coroa lusa com a conquista e manutenção da região amazônica, que levou ao financiamento da expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana;
- (B) a expulsão dos holandeses do Maranhão, que levou à fundação de fortificações na embocadura do Amazonas, como o Forte de São Joaquim e o Forte do Presépio de Santa Maria;
- (C) a ação de bandeirantes em busca de ouro aluvial e outras riquezas do sertão, como a de Raposo Tavares, que partiu de Belém e chegou à Bolívia, atingindo a foz do rio Jamari;
- (D) as atividades missionárias dos jesuítas, que implantavam aldeamentos e, com base na mão de obra indígena, tornavam-se os principais fornecedores das drogas do sertão;
- (E) a implantação de vilas no Vale do Guaporé, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que estimulou a imigração de colonos pobres oriundos de outras capitanias.

30

Dentre os sistemas gerais de circulação atmosférica de destaque para Rondônia, assim como para a Amazônia como um todo, responsáveis pelos padrões hidrológicos e climáticos, vale ressaltar o sistema meteorológico que atua nos trópicos, onde se encontram os ventos nordeste e leste, conhecidos como anticiclone dos Açores e anticiclone do Atlântico Sul, respectivamente.

O trecho se refere ao sistema meteorológico denominado:

- (A) Zona de Convergência Tropical;
- (B) Zona de Convergência Intertropical;
- (C) Zona de Convergência do Atlântico;
- (D) Zona de Convergência do Pacífico;
- (E) Zona de Convergência Equatorial.

Conhecimentos Específicos

31

Uma entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda quando esperar que o seu valor contábil seja recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31, no balanço patrimonial, tais ativos devem ser apresentados:

- (A) como componente do grupo Investimentos;
- (B) líquidos de receitas ou despesas associadas;
- (C) líquidos dos passivos associados;
- (D) no subgrupo Estoques;
- (E) separadamente dos outros ativos.

32

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) que orienta a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, os componentes de equivalentes de caixa:

- (A) podem incluir saldos bancários a descoberto;
- (B) incluem investimentos em instrumentos patrimoniais;
- (C) são incluídos no fluxo de caixa das atividades operacionais;
- (D) excluem investimentos com conversibilidade imediata e risco insignificante;
- (E) são incluídos no fluxo de caixa das atividades de investimentos se tiverem resultado positivo.

33

O contador de uma organização precisou avaliar se um contrato celebrado pela entidade continha ou não um arrendamento, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), que trata de Arrendamentos.

Dos critérios a seguir, o único incapaz de fornecer informação relevante para essa avaliação é se o cliente:

- (A) constitui parte relacionada com o fornecedor e o ativo é usado em transações entre as partes;
- (B) projetou o ativo de modo que predetermina a forma e a finalidade em que o ativo será usado durante o período de uso;
- (C) tem o direito de obter a maior parte dos benefícios econômicos associados ao uso do ativo;
- (D) tem o direito de operar o ativo durante o período de uso e o fornecedor não tem o direito de alterar essa operação;
- (E) tem o direito de direcionar a forma e a finalidade em que o ativo é usado durante o período de uso.

Texto 1

A Cia. Alfa efetuou uma venda a prazo no valor de R\$ 10.000 para recebimento em parcela única, com vencimento em três anos. Caso a venda fosse efetuada à vista, de acordo com opção disponível, o valor da venda teria sido de R\$ 7.513. A taxa considerada na transação (10%) corresponde à taxa de mercado, na data da transação.

34

De acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, essa transação:

- (A) deve gerar reconhecimento de receita financeira apenas no vencimento do prazo;
- (B) deve ser contabilizada, no reconhecimento inicial, pelo valor a receber no vencimento;
- (C) deve ser contabilizada, no reconhecimento inicial, pelo valor presente;
- (D) não está sujeita a ajuste a valor presente em decorrência do prazo curto;
- (E) não requer ajuste a valor presente, pois a taxa da transação corresponde à taxa de mercado.

35

Considere as informações do texto 1 e suponha que a Cia. Alfa desejasse apurar o valor justo daquela transação ao final do primeiro ano, após a venda, momento em que a taxa foi alterada para 12%.

Nesse cenário, o valor justo das contas a receber, calculado mediante o ajuste a valor presente nessa nova data e com a atual condição de mercado, equivale a:

- (A) R\$ 6.611;
- (B) R\$ 7.972;
- (C) R\$ 8.264;
- (D) R\$ 8.800;
- (E) R\$ 9.091.

36

A Cia. Beta detém 100% da Cia. Gama. Considere que na Cia. Beta há um saldo de contas a receber da Cia. Gama no montante de R\$ 350 e também que na Cia. Gama há um saldo de contas a receber da Cia. Beta, que totaliza R\$ 200. Os demais saldos patrimoniais das companhias estão apresentados no balanço a seguir, relativo ao último exercício financeiro.

Balanço Patrimonial	Cia. Beta	Cia. Gama
Ativo Circulante		
Caixa	R\$ 110,00	R\$ 90,00
Contas a Receber	R\$ 690,00	R\$ 360,00
Ativo Não Circulante		
Investimentos	R\$ 1.350,00	R\$ -
Imobilizado	R\$ 2.600,00	R\$ 1.250,00
Ativo Total	R\$ 4.750,00	R\$ 1.700,00
Passivo Circulante		
Contas a Pagar	R\$ 750,00	R\$ 350,00
Patrimônio Líquido	R\$ 4.000,00	R\$ 1.350,00
Passivo e P. Líquido	R\$ 4.750,00	R\$ 1.700,00

Considerando as informações apresentadas, o valor do patrimônio líquido consolidado é:

- (A) R\$ 2.650,00;
- (B) R\$ 3.450,00;
- (C) R\$ 3.850,00;
- (D) R\$ 4.000,00;
- (E) R\$ 5.350,00.

37

Considerando de forma individual os saldos patrimoniais apresentados nos balanços das companhias Beta e Gama e também os saldos consolidados, é correto afirmar que:

- (A) a consolidação aumentou a participação do capital de terceiros;
- (B) a liquidez corrente da Cia. Beta é mais favorável do que a da Cia. Gama;
- (C) a liquidez imediata da Cia. Beta é mais favorável do que a da Cia. Gama;
- (D) a liquidez imediata individual da Cia. Beta é mais favorável do que a consolidada;
- (E) a participação do capital de terceiros da Cia. Beta é mais favorável do que a da Cia. Gama.

38

Uma equipe de analistas financeiros estava realizando um processo de análise para conceder fiança a uma entidade requerente. A equipe usou como fontes de informações as demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos últimos cinco anos. Na opinião da equipe de analistas, a demonstração dos fluxos de caixa e o balanço patrimonial da entidade foram o que mais influenciou a decisão tomada pela equipe.

No caso narrado, a característica qualitativa da informação contábil em destaque no trabalho da equipe de analistas foi:

- (A) comparabilidade;
- (B) compreensibilidade;
- (C) relevância;
- (D) representação fidedigna;
- (E) tempestividade.

39

Um dos requisitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para reconhecimento de um elemento patrimonial é que ele satisfaça a definição do referido elemento.

No caso do reconhecimento de um ativo no âmbito das entidades da administração pública, é correto afirmar que:

- (A) deve ser reconhecido apenas após o registro da execução orçamentária;
- (B) deve ser reconhecido apenas quando se originar da execução de uma despesa de capital;
- (C) pode decorrer de depósitos caracterizados como entradas compensatórias;
- (D) não admite incerteza relacionada à existência ou à mensuração do elemento;
- (E) não admite recursos decorrentes de transações extraorçamentárias.

40

A necessidade de autorização legislativa para realização e movimentação de valores registrados no ativo e no passivo é um requisito que caracteriza a classificação em:

- (A) circulante e não circulante;
- (B) efetivo e não efetivo;
- (C) financeiro e não financeiro;
- (D) individual e consolidado;
- (E) operacional e não operacional.

41

Com o objetivo de estabelecer alguns controles para preservar a integridade das informações de natureza orçamentária e patrimonial, que são geradas em bases diferentes, foi criado o registro de uma etapa chamada “em liquidação”.

O registro dessa etapa:

- (A) deve ser feito entre as etapas do empenho e da liquidação apenas para despesas inscritas em restos a pagar;
- (B) está associado à ocorrência do fato gerador da variação patrimonial diminutiva;
- (C) não deve ser feito quando o fato gerador do passivo exigível ocorrer antes do empenho;
- (D) não se aplica a casos de lacuna temporal significativa entre a entrega do bem e a efetiva liquidação do crédito;
- (E) pode implicar duplicidade no saldo passivo financeiro utilizado para fins de cálculo do superávit financeiro.

42

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) denominou a receita sob o enfoque patrimonial de variação patrimonial aumentativa (VPA), enfatizando que essa não deve ser confundida com o conceito de receita orçamentária.

Dos casos a seguir, o que NÃO dá suporte ao reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa por uma entidade é:

- (A) recebimento efetivo de doações e subvenções;
- (B) assinatura de contrato de longo prazo para prestação de serviços a terceiros;
- (C) geração natural de novos ativos, independentemente da intervenção de terceiros;
- (D) transações com terceiros que geram fruição de serviços prestados pela entidade;
- (E) extinção de um passivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

43

Uma entidade pública elaborou um plano de alienação de quatro imóveis de propriedade da entidade que não estavam mais atendendo aos seus propósitos. O plano de alienação inclui, entre outras coisas, a definição de uma base adequada de mensuração dos imóveis, considerando as características da região onde estão localizados, e a divulgação pública das condições para alienação.

Uma base de mensuração considerada adequada para apuração e divulgação do valor dos imóveis a serem alienados é:

- (A) custo histórico;
- (B) custo de reposição;
- (C) preço presumido;
- (D) valor líquido de venda;
- (E) valor em uso.

44

Sob a perspectiva dos procedimentos contábeis patrimoniais, ativos descritos como bens do patrimônio cultural são assim chamados devido a sua significância histórica, cultural ou ambiental.

Quanto às características dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para orientar a gestão do patrimônio público no tocante a esses bens, é correto afirmar que:

- (A) a sua vida útil deve ser estimada a partir de parâmetros objetivos, tal como padrão de uso;
- (B) não deve haver obstáculos legais ou sociais para usá-los na geração de caixa;
- (C) o reconhecimento desses ativos é obrigatório na lógica de consumo de recursos públicos;
- (D) o seu valor cultural deve estar adequadamente refletido no valor financeiro baseado no preço de mercado;
- (E) seus valores podem aumentar ao longo do tempo mesmo se sua condição física se deteriorar.

Texto 2

Uma entidade pública elaborou um plano de melhoria da gestão do seu patrimônio que incluía a reavaliação de ativos imobilizados. O ativo de valor mais relevante da entidade foi adquirido há sete anos por R\$ 72.000,00 e tem vida útil estimada de dez anos. O ativo foi depreciado pelo método linear, considerando o valor residual nulo. Após o processo de reavaliação, foi definido o valor de R\$ 32.000,00 para o ativo.

45

Nesse caso, a valorização do ativo decorrente do processo de reavaliação deverá ser:

- (A) deduzida da depreciação acumulada;
- (B) reconhecida no resultado do período;
- (C) reconhecida em conta de reserva no patrimônio líquido;
- (D) mantida apenas em contas de controle para fins de gestão patrimonial;
- (E) divulgada apenas em notas explicativas, se a entidade julgar o valor relevante.

46

A partir do caso relatado no texto 2 quanto ao plano de melhoria da gestão do patrimônio de uma entidade pública, no tocante à reavaliação de ativos imobilizados, a entidade deve considerar também que:

- (A) pode optar por reavaliar ativos de forma individual ou por classes de contas do ativo imobilizado;
- (B) o valor de reposição de um bem imóvel pode ser utilizado como parâmetro do valor justo para fins de reavaliação;
- (C) os itens de uma classe de contas do ativo imobilizado podem ser reavaliados em diferentes momentos, de forma a refletir melhor o valor de mercado de cada item;
- (D) se não for possível estabelecer o valor de mercado de ativo, esse não poderá ser reavaliado;
- (E) uma vez adotada a política de reavaliação de ativos, deve realizar reavaliações anuais de seus ativos imobilizados.

Texto 3

Uma entidade adquiriu um imóvel em 01/07/2019 e definiu que sua depreciação seria apurada pelo método das cotas constantes. O valor total de aquisição foi R\$ 750.000,00, incluídos R\$ 150.000,00 relativos ao valor do terreno. Considerando os padrões de uso programados para o imóvel, estimou-se uma vida útil de 25 anos. O valor residual do imóvel foi estimado em 5% do valor de aquisição.

47

Ao final do primeiro ano de uso, a entidade deverá registrar uma despesa de depreciação relativa a esse imóvel no valor de:

- (A) R\$ 22.800,00;
- (B) R\$ 24.000,00;
- (C) R\$ 28.500,00;
- (D) R\$ 30.000,00;
- (E) R\$ 36.000,00.

48

A partir do caso relatado no texto 3, considere que dois anos após a aquisição do imóvel foi instalada uma delegacia de polícia no quarteirão, o que causou alteração do valor justo dos imóveis e terrenos do entorno. Em decorrência disso, a entidade fez uma avaliação para apurar eventual redução ao valor recuperável desse ativo. Foi verificada uma redução de 10% no valor líquido de venda em relação ao valor contábil líquido.

A entidade deverá tratar essa redução como:

- (A) ajustes de avaliação patrimonial;
- (B) despesa do exercício;
- (C) mudança de estimativa contábil;
- (D) outros resultados abrangentes;
- (E) um fato contingente.

49

No tratamento e registro contábil das provisões, é importante considerar as incertezas quanto ao prazo e ao valor da obrigação correspondente.

No caso de se verificar que o valor de uma obrigação é maior do que o valor provisionado, deve-se:

- (A) complementar a diferença com saldos de provisão disponíveis associados a outros propósitos;
- (B) complementar a diferença com um lançamento a débito em conta de despesa (VPD);
- (C) efetuar um lançamento de reversão de provisões em contrapartida ao valor correto da obrigação;
- (D) registrar a diferença como item de outros resultados abrangentes;
- (E) registrar a diferença na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial.

50

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deve ser elaborado por órgãos de todos os poderes, conforme definido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso de órgãos do Poder Judiciário, o relatório relativo ao último bimestre de um exercício financeiro deverá conter, além do anexo Demonstrativo da Despesa com Pessoal, informações relativas a:

- (A) despesas empenhadas e liquidadas pelo órgão categorizadas por subfunção;
- (B) detalhamento da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos mantidos pelo órgão;
- (C) detalhamento das receitas próprias arrecadadas pelo órgão;
- (D) empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira);
- (E) projeção de despesas previdenciárias relativas ao pessoal lotado no órgão.

51

Na implantação de um sistema de custos, para associar os custos ao que se deseja mensurar (objeto de custo) é necessário adotar o que se denomina método de custeio. Um dos métodos de custeio mais largamente usados é o custeio por absorção.

Uma das características desse método é que:

- (A) a variação dos custos é diretamente associada ao volume de produção;
- (B) aloca os custos às atividades para posterior alocação ao objeto de custo final;
- (C) aplica critérios arbitrários e subjetivos para alocação dos custos indiretos;
- (D) permite a adaptação do conceito de margem de contribuição às entidades públicas;
- (E) possibilita maior controle dos custos variáveis por parte dos gestores.

52

Desde os primórdios da prática orçamentária na administração pública, registra-se a existência de princípios norteadores desse processo, com contribuições relevantes da França. Nos diferentes cenários com os quais se deparam os entes públicos, alguns princípios podem ganhar maior destaque, como, por exemplo, na estrutura descentralizada do governo federal, com órgãos espalhados por todo o território nacional.

Nesse contexto, o princípio que possibilita a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada, permitindo-se assim uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas, é o da:

- (A) exatidão;
- (B) especialização;
- (C) exclusividade;
- (D) regionalização;
- (E) totalidade.

53

Na classificação da receita orçamentária segundo a natureza, a categoria Tipo, correspondente ao último dígito, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza.

Uma diferenciação permitida por meio dessa categoria é entre receitas:

- (A) financeira e não financeira;
- (B) originária e derivada;
- (C) principal e de multa e juros;
- (D) própria e de transferências;
- (E) vinculada e ordinária.

54

Embora não seja legalmente exigida nos instrumentos orçamentários, a classificação das receitas públicas quanto à procedência é abordada em diversos pontos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e também na estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Entre as origens da receita corrente, uma que apresenta diversas espécies de receitas originárias é:

- (A) tributária;
- (B) patrimonial;
- (C) de contribuições;
- (D) de transferências correntes;
- (E) de amortização de empréstimos.

55

Considere um programa governamental na área de transporte urbano em que uma das ações prevê a construção de trecho para circulação de veículo leve sobre trilho (VLT) para promover integração de pontos da região central de uma cidade.

Sob a perspectiva da classificação programática da despesa pública, essa ação deve ser classificada como:

- (A) projeto;
- (B) atividade;
- (C) investimento;
- (D) aplicação direta;
- (E) operação especial.

56

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) acrescentou uma fase à execução da despesa orçamentária: “em liquidação”. Essa fase busca estabelecer controles em torno da lógica do registro contábil no patrimônio e as demais etapas da execução orçamentária da despesa.

O lançamento de uma despesa “em liquidação”, conforme a natureza da informação orçamentária, prevê um registro a débito na conta “Crédito empenhado a liquidar” (classe 6) e um registro a crédito na conta:

- (A) Crédito Empenhado a Liquidar, da classe 6;
- (B) Crédito Empenhado em Liquidação, da classe 5;
- (C) Crédito Empenhado em Liquidação, da classe 6;
- (D) Passivo circulante, da classe 2;
- (E) Variações patrimoniais diminutivas, da classe 3.

57

Quando governos executam orçamentos em períodos de cenário econômico favorável, por mais criterioso que seja o processo de estimação de receitas, é comum a ocorrência do chamado excesso de arrecadação. Essa situação propicia a geração de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária, caso se faça necessário.

Nesse contexto, considere os dados a seguir de uma entidade pública, apurados ao final do terceiro bimestre de um determinado exercício financeiro:

Descrição	Valor (R\$ mil)
Receita prevista (até o período)	1.600,00
Receita realizada (até o período)	1.790,00
Tendência de redução na arrecadação nos próximos bimestres	30,00
Créditos adicionais especiais abertos no exercício	10,00
Créditos adicionais suplementares abertos no exercício	12,00
Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	15,00
Créditos adicionais transferidos do exercício anterior	23,00
Dotações orçamentárias anuladas	20,00

Considerando os dados apresentados e as disposições da Lei nº 4.320/1964 no que tange aos recursos para abertura de créditos adicionais, o valor do excesso de arrecadação líquido utilizável para essa finalidade, em milhares de reais, é de:

- (A) 100,00;
- (B) 120,00;
- (C) 145,00;
- (D) 160,00;
- (E) 190,00.

58

Na literatura sobre planejamento orçamentário na administração pública costuma-se dizer que o orçamento nasce nas bases operacionais dos governos, porém está sujeito a uma série de regras que ordenam e também limitam a execução de despesas públicas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por exemplo, estabelece vedações e limites para as despesas dos Poderes.

Uma dessas disposições refere-se a estabelecer:

- (A) áreas prioritárias para investimentos das empresas estatais;
- (B) limites para elaboração das propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário;
- (C) parâmetros para fixação das remunerações de pessoal no âmbito das empresas públicas;
- (D) parâmetros para fixação das remunerações de pessoal no âmbito do Poder Judiciário;
- (E) regras para a proposição de emendas parlamentares impositivas.

59

A despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira está sujeita a limites estabelecidos em relação ao montante apurado periodicamente da Receita Corrente Líquida (RCL).

Considere que ao final do último quadrimestre de um dado exercício financeiro, um Estado da federação apurou uma RCL de R\$ 9,5 bilhões.

A partir desse parâmetro e dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa total com pessoal no âmbito do Poder Judiciário do referido ente NÃO poderá exceder, em reais, a:

- (A) R\$ 1.045.000.000,00;
- (B) R\$ 760.000.000,00;
- (C) R\$ 570.000.000,00;
- (D) R\$ 541.500.000,00;
- (E) R\$ 513.000.000,00.

60

O acompanhamento das metas de arrecadação disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o intuito de promover, se necessário, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- (A) deverá ser realizado bimestralmente;
- (B) deverá ser realizado quadrimestralmente;
- (C) é de competência do chefe do Poder Executivo;
- (D) deverá ser realizado pelo respectivo tribunal de contas;
- (E) se aplica a todas as despesas autorizadas no orçamento.

61

As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna denominam-se evidências, as quais fornecem a base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.

Quando um auditor, em seu trabalho, obtém uma informação que auxilia a entidade a atingir suas metas, trata-se de uma evidência:

- (A) fidedigna;
- (B) objetiva;
- (C) relevante;
- (D) suficiente;
- (E) útil.

62

As técnicas de auditoria podem ser classificadas de acordo com o tipo de evidência obtida com sua aplicação. Os principais tipos de evidências são: física, documental, testemunhal e analítica.

Nas auditorias, a técnica da observação direta é um método de coleta de informação contextualizada sobre a forma de funcionamento do objeto auditado.

Essa técnica deve ser aplicada para:

- (A) apurar o estado de conservação de equipamentos;
- (B) atestar a veracidade de notas fiscais junto ao Fisco;
- (C) averiguar a adequação da execução de processos;
- (D) corroborar obrigações assumidas pelo auditado junto a terceiros;
- (E) verificar se os alegados licitantes participaram efetivamente do processo.

63

Durante o trabalho de auditoria em uma agência de investimentos, um auditor constatou que a empresa não tinha registrado, a partir do ano de 2016, as receitas relativas aos títulos públicos federais remunerados pelo IPCA acrescido de 7,83% ao ano, o que provocou uma redução da rentabilidade dos investidores.

A técnica de auditoria mais adequada para esse tipo de constatação feita pelo auditor é:

- (A) inspeção;
- (B) observação;
- (C) circularização;
- (D) revisão analítica;
- (E) conferência de cálculos.

64

Nos trabalhos de auditoria, a amostragem consiste na aplicação de procedimentos de auditoria em uma amostra que represente as características gerais da população analisada.

Na definição do tipo de amostragem, o auditor deve evitar:

- (A) repetição de métodos de amostragem;
- (B) seleção aleatória, que pode deixar de fora itens relevantes;
- (C) seleção de itens por critério de facilidade de acesso;
- (D) seleção randômica, que não pode não representar as especificidades do objeto auditado;
- (E) seleção sistemática, pois pode direcionar a formação de estratos por conveniência.

65

Entre os instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aos quais deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, um item de elaboração e divulgação obrigatória por parte de órgãos do Poder Judiciário, como os Tribunais de Justiça, é:

- (A) anexo de riscos e metas fiscais do órgão;
- (B) parecer prévio emitido pelo tribunal de contas;
- (C) programação de despesas do órgão autorizadas no orçamento;
- (D) relatório de gestão fiscal;
- (E) relatório resumido da execução orçamentária.

66

João é servidor público civil estável do Estado de Rondônia e está lotado em órgão situado na capital Porto Velho. Um mês após o novo Governador tomar posse, João foi removido *ex officio* para exercer suas funções fora da localidade de sua residência, no interior do Estado, sendo notório o fato de que João era apoiador do candidato concorrente que perdeu as eleições para a chefia do Executivo estadual.

No caso em tela, de acordo com o texto da Constituição do Estado de Rondônia, João:

- (A) não poderia ser removido, no prazo de sessenta dias após a posse do Governador, salvo por falta disciplinar;
- (B) não poderia ser removido, nos seis meses posteriores à posse do Governador, salvo se houvesse seu consentimento;
- (C) não poderia ser removido, no prazo de noventa dias após a posse do Governador, salvo mediante prévio processo administrativo;
- (D) poderia ser removido a qualquer momento, por se tratar de questão afeta à discricionariedade administrativa, independentemente de contraditório e ampla defesa;
- (E) poderia ser removido a qualquer momento, por se tratar de questão afeta à discricionariedade administrativa, mediante prévio contraditório e ampla defesa.

67

Maria é servidora pública civil estável do Estado de Rondônia e, após votação, elegeu-se como presidente do sindicato de sua categoria profissional.

De acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre seu regime jurídico funcional, a Maria:

- (A) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o seu órgão de origem;
- (B) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o sindicato;
- (C) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitada a carga horária de seu cargo efetivo;
- (D) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitado o cumprimento de 50% da carga horária de seu cargo efetivo;
- (E) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a licença para trato de assuntos particulares, sem remuneração.

68

João, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, após processo administrativo disciplinar, recebeu a sanção disciplinar de demissão. Um ano depois, João reuniu provas de sua inocência e deu início a processo de revisão, que culminou com a decisão administrativa de invalidação de sua demissão.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei Complementar nº 68/1992, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, a reinvestidura de João no cargo anteriormente ocupado ocorreu por meio da:

- (A) ascensão funcional, sem direito a vantagens retroativas;
- (B) recondução, sem direito a vantagens retroativas;
- (C) reversão, com ressarcimento de todas as vantagens;
- (D) reintegração, com ressarcimento de todas as vantagens;
- (E) readaptação, com ressarcimento de todas as vantagens.

69

Joana é Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia há dez anos e acabou de obter seu primeiro certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido estrito, consistente em mestrado em Direito Público, área de interesse da Justiça, que certamente contribuirá para melhor desempenho de suas funções.

Conforme dispõe o plano de carreiras, cargos e salários dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (Lei Complementar nº 568/2010), Joana faz jus:

- (A) à gratificação de especialização, na ordem de 15% sobre seu vencimento básico;
- (B) à gratificação de qualificação, na ordem de 30% sobre seu vencimento básico;
- (C) ao adicional de qualificação funcional, na ordem de 21% sobre seu vencimento básico;
- (D) à progressão funcional, na ordem de 30% sobre seu vencimento básico;
- (E) ao adicional de incentivo, na ordem de 5% sobre seu vencimento básico.

70

José, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, está inconformado com o teor de decisão administrativa proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça que lhe negou certo direito que entende que lhe assistiria como servidor público do Poder Judiciário.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é competente para apreciar, em caráter final, recurso administrativo interposto por José em face de tal decisão:

- (A) o Vice-Presidente do Tribunal;
- (B) o Corregedor-Geral da Justiça;
- (C) as Câmaras Reunidas Cíveis;
- (D) o Tribunal Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;
- (E) o Conselho da Magistratura e de Gestão de Desenvolvimento Institucional.

Discursiva**1**

Com a aprovação das Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2019, passou a vigorar entre os instrumentos orçamentários o chamado Orçamento Impositivo, que estabeleceu regras que impõem ao Poder Executivo a obrigação de executar emendas propostas pelos parlamentares ao projeto de Lei do Orçamento Anual. Essa mudança trouxe impactos políticos e orçamentários para a administração pública e reconfigurou a relação entre os poderes Legislativo e Executivo.

Considerando esse contexto, elabore um texto que aborde os seguintes pontos:

- a) os tipos de emendas que os parlamentares podem apresentar ao projeto de Lei do Orçamento Anual;
- b) as regras gerais para proposição e aprovação de emendas;
- c) as regras para aprovação das emendas parlamentares impositivas à Lei do Orçamento Anual;
- d) as regras para execução das emendas parlamentares impositivas incluídas na Lei do Orçamento Anual.

Valor: 15 pontos

Máximo de 30 linhas.

Redação

Todo dia que termina, como já disse um poeta, marca sempre menos tempo de vida que nos sobra. O tema de nossa redação é justamente esse: como administrar o tempo em nossas vidas, de modo que ele seja aliado, e não adversário, diante de nossos inúmeros projetos e compromissos?

Abaixo estão algumas frases de Machado de Assis sobre o tempo, apenas para inspirá-lo. Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em que você expresse suas opiniões acompanhadas de argumentos convincentes.

Frases de Machado de Assis

1. “Matamos o tempo; o tempo nos enterra.”
2. “O tempo, como escultor vagaroso, não acaba logo, e vai polindo ao passar dos longos dias.”
3. “O tempo é um rato roedor das coisas.”
4. “O tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada.”

Valor: 15 pontos

Folha de rascunho para redação

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Folha de rascunho

Rascunho para a 1ª questão (30 linhas)

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

